

TRABALHO E AÇÃO: O DEBATE ENTRE BAKUNIN E MARX E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA UMA SOCIOLOGIA CRÍTICA CONTEMPORÂNEA

Autor: Andrey Cordeiro Ferreira CPDA/UFRRJ

andrey2099@yahoo.com.br

andrey@ufrrj.br

Introdução

Os estudos de sociologia do trabalho partem de um universo de problemas econômico-filosóficos que tem claros e importantes efeitos políticos. As diferenças na interpretação da natureza (econômica, ideológica) do proletariado e do papel a ser desempenhado pelo campesinato derivavam de diferentes conceptualizações de *trabalho*.

O debate entre Karl Marx e Mikhail Bakunin dentro da Associação Internacional dos Trabalhadores no século XIX foi fundamental para a história das teorias sociais e para a formação da classe trabalhadora em todo o mundo. De um lado, Marx que colocava a centralidade no desenvolvimento econômico que geraria a classe revolucionária (o proletariado industrial); de outro, Bakunin, que enfatizava a vontade (liberdade) e ação como fatores determinantes do processo revolucionário e entendia que a somente a aliança operário-camponesa poderia levar a liquidação do capitalismo. Essas diferenças influenciaram no curso da história e nos debates do movimento operário e socialista internacional.

Um exemplo notório está na caracterização crítica da formação social da URSS, por exemplo, em que as posições bakuninistas são identificadas como precursoras de uma crítica que depois seria realizada no interior do próprio marxismo: *“Fora do âmbito próprio do marxismo – mas nos marcos do movimento operário do século passado – cabe destacar, em primeiro lugar as críticas anarquistas (sobretudo as de Mikhail Bakunin) ao socialismo autoritário de Marx* (Fernandes,2000, 1997). Nesse sentido, apesar do autor não aprofundar o debate, ele sinaliza para como muitos dos temas do século XX remetem necessariamente a concepção bakuninista e ao debate na AIT.

Apesar disso, esse debate não foi ainda adequadamente analisado, nem suas implicações práticas e ideológicas para o pensamento socialista e para lutas operárias e

camponesas pelo mundo dimensionadas. Isso se deu por uma série de razões: o fato de o próprio debate ter sido episódico, descontínuo, às vezes indireto e mesmo semi-clandestino; além da crise precoce da própria AIT e seu desenvolvimento contraditório; a pouca sistematização do pensamento de Bakunin.

O objetivo deste artigo é retomar esse debate clássico visando estabelecer como certos pressupostos fundamentais (definição de trabalho, definição de classes sociais e concepção de história) podem ser determinantes para uma sociologia crítica do trabalho nos dias de hoje. Daremos destaque a um item fundamental: a diferenciação da definição de campesinato e seu papel, o que expressava diferentes conceitos de “trabalho”.

1) As raízes de classe e políticas do debate filosófico: a tradição deembrista russa e a tradição do radicalismo alemão.

Autores de diversas orientações teóricas no Brasil e em outras partes do mundo têm estudado a história do movimento operário passando ao largo das polêmicas entre Bakunin e Marx, e ao invés de apreciá-las de um ponto de vista científico tem normalmente se posicionado dentro da própria polêmica entre Bakunin e Marx, e eventualmente, outras correntes. Esse posicionamento, apesar de ser legítimo do ponto de vista teórico, contraria a própria perspectiva do materialismo histórico a partir do momento em que não se coloca a confrontação das idéias como parte de uma realidade histórica, mas toma-se um conjunto de idéias como a própria realidade. Isto acontece com autores que possuem uma produção importante, como é o caso de José de Paulo Netto.

Na verdade, entre as insurgências de 1848 e a comuna de Paris, as vanguardas proletárias se moveram no interior de um confuso espectro ideológico, onde se mesclavam idéias mutualistas, cooperativistas, anarquistas e terroristas. A tentativa de unificar minimamente o movimento operário através da Associação Internacional dos Trabalhadores (depois conhecida como Primeira Internacional) levada a cabo por Marx entre 1864 e 1871 se frustrou justamente em razão das divisões oriundas do sectarismo que imperava entre os representantes daquelas correntes (Netto, 1985, p.35)

Na afirmação acima podemos dizer que existe certa narrativa acerca da história da Primeira Internacional, em que o “sectarismo” atribuído aos não marxistas é o fator principal para o insucesso. No nosso entendimento essa abordagem não explica satisfatoriamente as razões para a crise da Internacional¹ (uma vez que diversificação e “sectarismo” existiram em contextos diversos e não levaram a extinção de organizações e movimentos, sendo a Rússia talvez o melhor exemplo histórico disso). Por outro lado existe outro elemento que nós devemos destacar na afirmação de José Paulo Netto. É a caracterização do que ele chama de confuso (e nós chamaríamos de complexo) quadro ideológico existente no momento em que Marx e Bakunin vão conformar seus respectivos projetos

¹ Jacques Droz, aponta por exemplo, as contradições de classe entre os diferentes proletariados, as orientações distintas de franceses, ingleses e alemães que muitas vezes passavam ao largo do conflito entre Marx e Bakunin, e a cooptação crescente dos proletariados para o nacionalismo, questões de ordem muito mais significativa para o fim da AIT do que propriamente a disputa de correntes (Droz, 1972, p.819).

políticos e no cenário no qual irão se confrontar. Anarquismo, comunismo, socialismo, blanquismo, mutualismo eram todas categorias profundamente imbricadas entre si.

Mas a nossa hipótese, ao contrário do que a que é implicitamente sugerida por José Paulo Netto e outros autores, não é que foram as diferenças de “consciência” que impediram a unificação do socialismo, mas ao contrário, foram as diferentes “experiências” e trajetórias de atividade prática e inserção de classe que foram determinantes para a formulação dos projetos políticos e para as diferenças filosóficas. Assim, sendo coerentes com as próprias proposições de Marx e Bakunin², iremos destacar como a origem de classe e as atividades concretas dos homens produzem as condições de sua existência e determinam a formas e possibilidades de desenvolvimento de sua consciência. No nosso entendimento, as raízes da cisão do movimento operário estão ligadas as diferentes experiências de inserção de Bakunin e Marx nas respectivas estruturas de classes e forma como eles reagiram e interpretaram essas estruturas e como desenvolveram suas atividades. Isto porque em termos de “idéias” – pelo menos no sentido mais geral – as fontes são relativamente as mesmas: o hegelianismo de esquerda, o socialismo francês e a teoria do valor trabalho da economia política inglesa. Ou seja, buscar explicar de forma determinista a oposição entre Bakunin e Marx nas suas referencias filosóficas leva apenas a buscar as diferenças onde elas se mostram exatamente menores. Inclusive, o próprio Bakunin irá reivindicar, com ressalvas, a economia marxista e “O Capital”³.

Não faremos aqui uma história biográfica, pois já existem inúmeros trabalhos desse tipo. Mas nos propomos ao contrário, a fazer uma interpretação do tipo etnográfica, antropológica, das trajetórias e contextualizá-las historicamente, buscando nas próprias atividades materiais de Marx e Bakunin, elementos de significação da suas consciências, ou seja, dos seus projetos políticos.

Nesse sentido, podemos estabelecer os seguintes registros: Karl Marx nasce em uma família de origem judaica germanizada. Seu pai tinha renunciado a condição de judeu, para atender a uma das condições impostas pelo Estado alemão para acesso à administração pública. Marx nasce então num contexto em que a presença do Estado se fazia sentir dentro do seu universo familiar, determinando inclusive suas identidades. Marx inicia seus estudos na Universidade de Berlim em 1836, onde encontrará em algumas ocasiões posteriormente como também estudante, o próprio Mikhail Bakunin. A partir de 1843, Marx inaugura uma de suas duas atividades profissionais: assume a redação do Jornal Gazeta Renana, tornando-se um periodista e jornalista ao longo de toda sua trajetória; ademais, vai continuar sua atividade como pesquisador e intelectual, que se desenvolve paralelamente à sua atividade política nos grupos comunistas que se formam naquele contexto. Essas atividades

² Estamos nesse sentido seguindo dois dos documentos mais importantes de Marx e Bakunin: “*A ideologia Alemã*” e “*Federalismo, Socialismo e Anti-teologismo*”.

³ Droz comenta esse fato. Além disso, existem escritos de Bakunin em que ele afirma sua adesão as teses de O Capital, apesar e apontar enclaves idealistas na sua proposição.

profissionais e militantes marcarão toda sua trajetória até o final de sua vida, em 1883 (Netto, 1985 e Giannotti, 2009).

Mikhail Bakunin nasce na Rússia em 1814. Filho de Alexander Bakunin e neto de Mikhail Vasilievich Bakunin (que fora conselheiro de Estado na corte de Catarina II). A família de Bakunin, era uma família da nobreza russa, com diversos homens cumprindo carreiras de Estado, seja na administração, seja no exército. Em 1828 Mikhail Bakunin foi enviado a São Petersburgo para se preparar para a Escola de Artilharia. A principal atividade profissional de Bakunin nos seus primeiros anos de vida foi a atividade militar, cadete e oficial do Exército Russo. Em 1834 foi enviado à Misk na Polônia, para cumprir papel na ocupação daquele país, como parte do seu serviço militar (Carr, 1972,23). Depois de um ano de serviço militar, volta a seu país e simulando uma doença pede demissão do exército, o que só não foi considerado ato de deserção e punido com prisão em razão da influencia da família. A partir de 1836 Bakunin se desloca para Moscou para estudar filosofia, onde toma contato com o hegelianismo (Carr, op.cit,24). O período entre 1838 e 1844, será o período em que Bakunin se torna estudante de filosofia, compartilhando inclusive, em diversos momentos, espaços e contatos em comum com Marx⁴. Mas o marco principal da sua biografia é a participação na insurreição de Dresden, em 1849. Depois de um período de prisão de oito anos e exílio, Bakunin retoma as atividades já como organizador de grupos conspirativos no início dos anos 1860, e depois membro da AIT até o final de sua vida em 1876. Logo, Bakunin foi militar e estudante, mas não chegou a se consolidar como intelectual em termos de atividade profissional. Depois num longo período como preso político e subtraído então dessas atividades, tornan-se um militante profissional.

Dessa maneira podemos aqui propor dois elementos fundamentais de caracterização: as atividades de trabalho respectivamente de Marx e Bakunin estavam ambas relacionadas a contextos não-produtivos e eram influenciadas por diferentes tradições nacionais e acontecimentos históricos. De um lado atividade militar-conspirativa e de outro, a atividade periodista-intelectual e pública. Essas duas atividades “profissionais” distintas serão condicionantes fundamentais das diferenças filosóficas e teóricas. A nossa hipótese é que cada uma delas estava inserida dentro de tradições nacionais diferentes, a tradição “dezembrista russa” e a tradição “republicana” alemã, moldadas por sua vez pela própria estrutura econômica e social de cada país.

Nesse sentido, uma análise sociológica e materialista dessas trajetórias deve identificar exatamente as diferenças de super-estrutura e de acontecimentos que moldam as condições de classe das diferentes atividades. Podemos aqui utilizar uma proposição de Marcell Mauss, que é exatamente

⁴ Por exemplo, em 1841 o Governo Prussiano promove uma aula magna na Universidade Berlim com Schelling: “*Na aula magna, da universidade, aglomeraram-se oitocentos alunos, dentro os quais Soren Kierkegaard, Jacob Burckhardt, Friedrich Engels e Mikhail Bakunin. (...) Em defesa dos princípios do hegelianismo, Engels escreve tres artigos densos, Bakunin, outro ambos defendendo a necessidade de reconhecer uma racionalidade no mundo, o caráter lógico e contraditório dos fenômenos em oposição ao irracionalismo de Schelling*”. (Giannotti, 2009, p.29).

a sua abordagem sociológica do conceito de tradição. Segundo o autor, “*tradição é aquilo que se transmite: mescla de religião, direito e técnica*” (Mauss, 2001, p.114). Segundo o autor, “*...não há grandes grupos de fenômenos sociais, sobretudo nessas sociedades arcaicas que não sejam antes de tudo fatos tradicionais. Pode-se definir como tais todos os fatos técnicos, estéticos, econômicos, mesmo morfológicos.*” (Mauss, *op.cit*, p.115).

Essa formulação de Mauss faz parte de algumas recomendações para o estudo etnográfico de “sociedades arcaicas”. Mas podemos depurar esse pressuposto de arcaísmo, e considerar a tradição pelo aspecto que nos interessa, inclusive como um componente de sociedades complexas, como um modo de transmissão de formas de pensamento e conhecimento, normas e técnicas. E o mais importante, o autor identifica duas formas principais, a tradição oral e a tradição mnemotécnica, a imitação de fazeres. (Mauss, 2001, p.116). Essa definição nos permite ver como as atividades e certas representações coletivas são transmitidas de maneira informal e compõem o contexto no qual os indivíduos irão desempenhar suas atividades materiais. E isso nos permite incorporar a dimensão informal e experiencial da transmissão de certos pressupostos que aparecem depois dentro da ação e teoria política e que dão sua historicidade.

No caso de Marx, devemos enfatizar alguns fatos fundamentais da história política da Alemanha. Podemos dizer que o predomínio do hegelianismo, que na sua versão conservadora pregava um culto do Estado forte, expressava também alguns dos dilemas da Alemanha. Depois das guerras napoleônicas o sistema político imposto foi a Confederação Germânica. Os temas fundamentais foram à falta de unidade nacional, de um parlamento nacional alemão, a falta de liberdades (de reunião, de imprensa). Todo o periodismo radical, republicano alemão do período pré-1848-49 estava imerso nessas questões. A crítica da religião como fundamento das formas de crítica do absolutismo foram parte do debate que os “hegelianos de esquerda” promoveram. Isso se relaciona ainda a outro aspecto da formação social. Na Alemanha se desenvolveu um “modernismo reacionário” (Herf, 1993), que promovia a combinação do irracionalismo e romantismo pré-modernos com a apologia da técnica e do industrialismo. O hegelianismo conservador nesse sentido tinha na defesa do Estado como realização da razão a síntese desses elementos pré-modernos e modernos⁵. Essa tradição alemã dava um grande

⁵ Falando de Hegel Giannotti afirma: Mas sua presença, além de ser notada nos mais variados campos do saber, adquirira um cunho eminentemente político, pois tanto os conservadores, aliados da monarquia absoluta de Frederico Guilherme III, rei da Prússia, quanto os liberais que lutavam por uma monarquia constitucional capaz de assegurar as liberdades burguesas, apoiavam-se no princípio hegeliano de que o Estado constitui a manifestação histórica mais completa da razão. (...) Essa congerinação do passado e do presente converte o Estado numa espécie de silogismo, unificando a eternidade do pensamento com a ordem do tempo decorrido (Giannotti, 2009,

peso as próprias transformações das idéias e da estrutura do Estado, que era visto na tradição hegeliana como encanação da razão (segundo alguns de seus principais comentaristas). A luta filosófica retratada ironicamente na *Ideologia Alemã* mostra como na Alemanha a constituição de movimentos conspirativos tinha muito pouca densidade, sendo priorizada a luta filosófica e propagandística, editorial. O tema da necessidade de formação de um governo e da “unidade” faziam parte de um contexto social e histórico mais geral, impregnado nas atividades jornalísticas e intelectuais.

O contexto russo é diferente. Ao contrário da Alemanha, a Rússia não havia sido conquistada por uma força de ocupação napoleônica. Ao contrário, foi na Rússia que Napoleão encontrou sua derrota. Ao contrário da Alemanha do período 1815-1860 (que era uma confederação) a Rússia era um Império constituído pela unidade forçada e imposta aos povos eslavos. E aqui existe um acontecimento histórico que será determinante para toda a evolução da vida política russa: a revolta dos dezembristas de 1825. Como afirma Adam B. Ullam:

Lenin e o grupo que se reunira em volta dele só podem ser entendidos nos termos da Rússia na qual viviam e da tradição revolucionária local, que data de pelo menos 1825. Os dezembristas, aqueles rebeldes aristocratas que se levantaram contra a autocracia; os grandes revolucionários do século como Bakunin, Chernyshevsky, Herzen e os conspiradores do grupo vontade do povo, que no fim perseguiram e assassinaram Alexandre II – todos eles foram à sua maneira, antecessores dos bolcheviques (Ullam, 1976, p.7).

Essa tradição revolucionária e conspirativa⁶ emerge no contexto russo com uma revolta militar de dezembro de 1825. Essa revolta foi protagonizada por sua vez pelas sociedades secretas de oficiais russos que se constituíram na seqüência das guerras napoleônicas, em que outro tipo de relação exército-povo foi experimentada. As aspirações dos dezembristas (divididos em duas sociedades) eram vagas, a sociedade do norte defendia um tipo de monarquia constitucional e a do sul, uma radicalização ao estilo jacobino. O método da ação violenta é o que unificou o movimento. A abolição da servidão dos camponeses era um tema destacado, bem como o fortalecimento da polícia secreta dentro do seu programa (Ullam, op.cit, 36). O que os dezembristas inauguram na Rússia é uma tradição de ataque militar frontal ao poder central do Estado e da conspiração.

A revolta armada foi assim um fato fundamental, bem como a desobediência dos militares e oficiais ao Estado Czarista. Devemos lembrar que Bakunin entrou no exército apenas três anos depois da revolta e encontra na desobediência e desligamento não autorizado do exército um modo para solucionar problemas pessoais, o que depois seria reformulado em termos políticos na denuncia do

p.20)

⁶ Essa tradição é exaltada pelo próprio Lenin, À Memória de Herzen (1912), em que reivindica a figura de Herzen e dos militantes de “*A Vontade do Povo*” como parte do campo revolucionário e socialista.

papel do Império Russo na Polônia. A deserção seria um instrumento amplamente utilizado pelos soldados e oficiais na Primeira Guerra Mundial (ver Scott, 1986).

Os principais problemas sociais que seriam transformados em programas políticos e teorias por Bakunin e Marx eram problemas que afetavam as classes sociais e ramos de atividade em seus respectivos contextos. Existiam tradições mais ou menos consolidadas que transmitiam certos conhecimentos dentro desses ramos de atividade. No caso de Marx, um setor intelectual radical da classe média alemã que expressava as suas necessidades materiais sob a demanda da unificação pelo governo e das liberdades democráticas modernas, ao estilo das sociedades ocidentais (Inglaterra e França). No caso de Bakunin, a ruptura com a autoridade e a confrontação com o Estado, com ênfase na atividade armada e conspirativa, característica de parcelas de aristocratas militares russo do início do século XIX. Essas necessidades produzidas pela condição e experiência material seriam formuladas teórica e ideologicamente e se expressariam na diferença de posicionamento dentro da AIT e diante do conceito de revolução. É isso que discutiremos adiante.

Podemos então resumir nossa hipótese afirmando (e esperamos tê-lo demonstrando minimamente com dados que a sustentem) que as diferenças de atividade, de posição de classe e contexto nacional estão na base da diferenciação entre Bakunin e Marx, que vão erigir (e criar, inovar) ao sintetizar suas experiências e interesses de classe específicos em programas e teorias universalizáveis. O outro fator fundamental será o seu posicionamento diante do socialismo francês e das revoluções francesas. Será nesse terreno que as semelhanças ideais (o hegelianismo de esquerda e a teoria do valor trabalho) que aproximavam Marx e Bakunin, combinadas com as diferenças materiais anteriormente identificadas e as disputas pela direção da AIT irão adquirir pleno significado.

2) O conceito de liberdade e o conceito de trabalho: as visões do campesinato, da economia doméstica e do proletariado no desenvolvimento histórico.

Não é possível aqui em razão do estágio do desenvolvimento de nossas reflexões nem por restrições de espaço, aprofundar vários itens do debate entre Marx e Bakunin. Iremos aqui destacar dois temas que consideramos como centrais: as diferentes conceituações de *trabalho* e as diferenças diante da ação dos trabalhadores e suas respectivas frações de classe. Cabe fazer entretanto uma advertência sobre a diferença de edição e divulgação das respectivas obras, especialmente no contexto brasileiro. Enquanto a obra intelectual de Marx (e Engels) é bem divulgada e conhecida no Brasil, contando com uma tradição consolidada e institucionalizada, o pensamento de Bakunin não é conhecido senão de forma residual, com divulgação precária de textos de origem e autoria contestável, uma vez que sofrem intervenção direta dos organizadores das respectivas publicações. No Brasil foram raras os textos completos efetivamente de autoria de Bakunin, na grande maioria dos casos tratam-se de textos compostos pelos editores que agrupavam frases e trechos de textos distintos sob um tema ou rótulo determinado.

Nesse sentido, iremos aqui selecionar algumas referências importantes em termos de comparação. “A Ideologia Alemã” com certeza é uma das obras de Marx em que são sintetizadas as propostas filosóficas gerais, uma analítica histórica determinada e também conseqüentemente alguns traços do projeto político marxista. A análise do papel do Estado, do proletariado industrial e do campesinato estão contidas nas posições aí referidas. Além dessa obra, O 18 Brumário de Luís Bonaparte, por sua vez, estabelece uma análise sobre as contradições de classe na França e sobre o papel do campesinato, sendo retomada em diversos momentos como modelo em análises marxistas, bem como textos como “*Princípios do Comunismo*”. Bakunin, por sua vez, irá produzir as suas obras efetivamente anarquistas apenas no final da década de 1860, com a publicação de “*Federalismo, Socialismo e Anti-teologismo*”, que assim como a ideologia alemã, apresenta os fundamentos filosóficos do bakuninismo (e nessa obra, Bakunin mostra também a persistência de sua tradição hegeliana, ao estabelecer uma dialética entre economia e política, com a defesa da conversibilidade entre federalismo e socialismo, e na sua persistente crítica da religião e do absolutismo do Estado). Por outro lado, Bakunin também apresentaria algumas análises sobre a luta de classes na França, mas especificamente, sobre a guerra Franco-Prussiana de 1870 nos textos intitulados “*A Revolução Social em França*” e “*O Império Knuto-Germânico*” e outros.

Podemos então indicar como hipótese que um dos elementos principais da formulação de Marx, contida em *A Ideologia Alemã*, é exatamente o seu esquema de interpretação da evolução histórica centrada nas condições materiais, que começa com a forma da propriedade tribal, passa pela estatal/comunal da antiguidade, pela feudal/estamental e por fim chega na propriedade burguesa capitalista. E nesse esquema os estágios da divisão do trabalho determinam as formas da propriedade (Marx e Engels, 2006, pp45-46).

No corpo do texto Marx afirma que: “*De onde se segue que um modo de produção ou uma determinada fase industrial estão sempre ligados a uma determinada forma de cooperação e uma fase social determinada, e que essa forma de cooperação é em si só uma força produtiva; decorre disso que o conjunto das forças produtivas acessíveis aos homens condiciona o estado social...*” (Marx e Engels, *op.cit.*, p.55). Essa afirmação se relaciona a sua caracterização da terceira relação fundamental que intervém no desenvolvimento histórico, que é a reprodução humana através da família. Para o autor, a família é a princípio a primeira e exclusiva relação social, sendo depois secundarizada no processo de desenvolvimento de novas necessidades e crescimento populacional (Marx, p.54).

Esse elemento é fundamental. Marx afirma de forma conclusiva em uma das notas do texto: “*Que a superação da economia isolada é inseparável da superação da família é algo evidente por si só*” (Marx e Engels, p.55). Essa observação é de uma importância, pois era seria retomada no núcleo da análise de Marx sobre os camponeses e sua economia, e seria fundamental para a elaboração da

idéia do proletariado industrial como classe revolucionária que vai determinar toda a visão do marxismo do século XX.

No “*18 Brumário de Luís Bonaparte*”, os autores fazem uma proposição que será determinante para a história dos debates políticos no século XIX e XX.

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. Esse isolamento é agravado pelo mau sistema de comunicações existente na França e pela pobreza dos camponeses. Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais. Cada família camponesa é quase auto-suficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e outra família. (Marx, 1984[1852]).

Aqui fica claro a afirmação de um “insulamento” da economia camponesa. Por estarem centrados na idéia de que a economia doméstica corresponde a uma forma de cooperação restrita, e que a forma de cooperação é uma força produtiva que deve ser superada, os camponeses são associados em razão da sua relação de trabalho não exatamente a uma “ação conservadora”, mas a uma forma de propriedade e cooperação que entra em contradição com o comunismo (Marx e Engels, p.55). É por isso, pelo fato do proletariado industrial ser o produto de uma divisão do trabalho mais complexa, que produz uma forma de trabalho mais complexa e multiplica relações sociais, que o proletariado industrial estaria condicionado enquanto sujeito histórico a ser o portador do comunismo e seria a força principal dessa revolução⁷.

A análise de Marx parte de sua concepção de história como um processo cumulativo, em que o desenvolvimento técnico corresponde à divisão do trabalho e à socialização. Assim, a produção camponesa é assemelhada em certa medida a imagem da “comunidade primitiva” (propriedade tribal) como composta de unidades isoladas e insuladas. Poderíamos levantar ainda a hipótese de que essa idéia está relacionada a um tema de combate dentro do hegelianismo e ao próprio contexto de emergência de modernismo reacionário em que o conceito idéia família é evocado como modelo para um Estado orgânico. Essa imagem da concorrência e insulamento da economia doméstica, e

⁷ Em terceiro lugar, ela [a revolução industrial] desenvolveu por toda a parte o proletariado na mesma medida em que desenvolveu a burguesia. Na proporção em que os burgueses se tornavam mais ricos, tornavam-se os proletários mais numerosos. Uma vez que os proletários somente por meio do capital podem ter emprego e o capital só se multiplica quando emprega trabalho, a multiplicação do proletariado avança precisamente ao mesmo passo que a multiplicação do capital (...) Deste modo, ela prepara, por um lado, com o descontentamento crescente e, por outro lado, com o poder crescente do proletariado, uma revolução da sociedade pelo proletariado. (Marx, 1982 [1847])

consequentemente da economia camponesa, estaria profundamente relacionada a justificativa da necessidade do Estado como instrumento de construção do comunismo, como parte da crítica a concepção conservadora centrada na família de unificação do Estado. Mas deixemos esse debate para adiante.

O manifesto filosófico-político de Bakunin é “*Federalismo, Socialismo e Anti-Teologismo*”, em que declara sua visão materialista. Bakunin irá partir de um universo de questões também hegeliano em sua essência e seu método de construção. O tema da liberdade é retomado e colocado num nível de centralidade assim como a discussão crítica acerca da religião, tema tão caro aos neo-hegelianos. Mas são incorporadas duas outras referências importantes: em primeiro lugar o positivismo francês, em segundo lugar o socialismo francês proudhoniano.

O conceito de liberdade de Bakunin é extremamente complexo. Ele articula múltiplas dimensões, objetivas e subjetivas, e tem diversas transcrições teóricas e práticas. Mas no entanto podemos dizer que existem duas transcrições ou significados. Um é o significado ou transcrição filosófica e o outro é o significado ou transcrição político-social. Desta maneira, podemos falar de um *conceito de liberdade filosófico* e um *conceito de liberdade político-social*, sendo que os dois guardam uma relação de continuidade, mas também, de alteridade. Falaremos aqui, primeiramente, do conceito filosófico.

E é o conceito de liberdade filosófico que está profundamente imbricado com o conceito de *trabalho*. Devemos recuperar aqui a sua teoria da realidade material. O mundo real e o mundo natural são o mundo da determinação-variação, das relações de ação-reação, de um lado, e da luta pela vida, pela reprodução da própria existência, de outro. O mundo social, nas suas primeiras manifestações históricas se apresenta no pensamento de Bakunin não como uma forma livre, mas como forma ultra-determinada, subordinada e dependente do mundo natural:

“Y, sin embargo, existe en el seno de esa misma naturaleza una esclavitud de que el hombre debe libertarse bajo pena de renunciar a su humanidad: es la del mundo exterior que le rodea y que se llama habitualmente *la naturaleza exterior*. Es el conjunto de las cosas, de los fenómenos y de los seres vivos que le obsesionan, le envuelven constantemente por todas partes, sin los cuales y fuera de los cuales, es verdad, no podría vivir un solo instante, pero que, sin embargo, parecen conjurados contra él, de suerte que a cada instante de su vida está forzado a defender contra ellos su existencia. El hombre no puede existir sin ese mundo exterior, porque no puede vivir más que en sí y no puede alimentarse más que a expensas suyas; y al mismo tiempo, debe salvaguardarse contra él, porque ese mundo parece querer devorarlo siempre a su vez. (Bakunin, 2003a, p. 11)

Aqui vemos o elemento, o pressuposto central do pensamento filosófico de Bakunin. O mundo social se apresenta primeiramente coagido pelo mundo e pelas forças naturais e

materiais que impõem ao homem um modo de vida determinado e ações determinadas. As necessidades e condições materiais de existência, a carência dos meios de satisfazê-las, obriga os homens a lutarem e trabalharem para diminuírem a dependência do mundo natural. As primeiras formas de sociedade são aquelas mais dependentes e subordinadas às imposições do mundo natural.

A liberdade do homem não é um fato dado, mas uma conquista, uma aquisição. A liberdade não é o ponto de partida do mundo social. E esta conquista se dá por dois meios: o trabalho e o pensamento, a ação e o saber:

“Es únicamente por el pensamiento por lo que el hombre llega a la conciencia de su libertad en ese medio natural de que es producto; pero es sólo el trabajo que la realiza. Hemos observado que la actividad que constituye el trabajo, es decir, la obra tan lenta de la transformación de la superficie de nuestro globo por la fuerza física de cada ser vivo, conforme a las necesidades de cada uno, se encuentra más o menos desarrollada en todos los grados de la vida orgánica. Pero no comienza a constituir el trabajo propiamente humano más que cuando, dirigida por la inteligencia del hombre y por su voluntad reflexiva, sirve a la satisfacción, no sólo de las necesidades fijas y fatalmente circunscritas de la vida exclusivamente animal, sino aun de las del ser pensante, que conquista su humanidad afirmando y realizando su libertad en el mundo. ” (Bakunin, 2003b, p.36)

En el fondo, los puntos cardinales de la existencia humana más retirada y de la existencia animal menos despierta, son y quedarán siempre idénticos: nacer, desarrollarse y crecer, trabajar para comer y beber, después abrigarse y defenderse, mantener su existencia individual en el equilibrio social de su propia especie, amar, reproducirse, después morir ... A estos puntos se añade, para el hombre, sólo uno nuevo: pensar y conocer, facultad y necesidad que se encuentra sin duda en su grado inferior, pero ya muy sensible, en las especies de animales que por su organización son más próximas al hombre, porque parece que en la naturaleza no hay diferencias cualitativas absolutas, y que las diferencias de cualidad se reducen, siempre en último análisis, a diferencias de cantidad, pero que en el hombre sólo llegan a un grado de poder de tal manera imperativo y predominante, que a la larga transforman toda su vida. Como lo observó muy bien uno de los más grandes pensadores de nuestros días, Ludwig Feuerbach, el hombre hace todo lo que hacen los animales, sólo que debe hacerlo más y más humanamente. Esa es toda la diferencia, pero es enorme (1). Contiene toda la civilización con todas las maravillas de la industria, de la ciencia y de las artes; con todos los desenvolvimientos estéticos, religiosos, filosóficos, políticos, económicos y sociales de la humanidad, en una palabra todo el mundo de la historia. El hombre crea ese mundo histórico por el poder de una actividad que volvereis a encontrar en todos los seres vivos, que constituye el fondo mismo de toda vida orgánica, y que tiende a asimilarse y a transformar el mundo exterior según las necesidades de cada uno, actividad por consiguiente instintiva y fatal, anterior a todo pensamiento, pero que, iluminada por la razón del hombre y determinada por su voluntad reflexiva, se transforma en él y por él, en trabajo inteligente y libre.” (Bakunin, 2003b, p.35)

A capacidade formal do pensamento e da linguagem é, no entendimento de Bakunin, o elemento base que diferencia o homem e o mundo social do mundo natural.

Simultaneamente, esta capacidade formal se apresenta como uma necessidade material, a necessidade do saber realizada pela atividade do trabalho. O trabalho é uma categoria geral, constitutiva da atividade dos seres vivos, e passa a ser especificamente humano pelo pensamento.

A importância do saber, do conhecimento é central, pois ele guarda uma relação direta com seu conceito de liberdade (tanto o filosófico quanto político). O conceito filosófico de liberdade se estrutura sobre as idéias de *oposição e luta do mundo social ao mundo natural* (entendido enquanto natureza exterior e não como causalidade universal). Esta luta é a luta pela liberdade em oposição à «escravidão» imposta por este mundo natural. No entanto, esta liberdade é sempre parcial e relativa; a liberdade não é mais que o contínuo processo de libertação frente às necessidades e restrições materiais que o mundo exterior impõe ao mundo social (inserir nota demonstrando isso). E o único meio de realizar essa libertação, é pelo trabalho, ato físico e intelectual. O homem só é capaz de se libertar da dependência, em relação ao mundo natural, pelo conhecimento desta natureza exterior, e pela aplicação destes saberes adquiridos ao mundo social, logo, pelo auto-conhecimento, já que ele está integrado em ambos. O conhecimento, o saber, se apresenta como ferramenta que auxilia na libertação do homem. O saber ou conhecimento são o meio de realização da liberdade, da independência frente às imposições e necessidades do mundo exterior. O conceito filosófico de liberdade se define no pensamento de Bakunin da seguinte maneira:

“Bien entendido, esa libertad de la voluntad humana en presencia de la corriente universal de la vida o de esa causalidad absoluta, de la que cada querer particular no es por decirlo así más que un arroyo, no tiene otro sentido que el que le da la reflexión, en tanto que opuesta a la ejecución mecánica o al instinto. El hombre percibe y comprende las necesidades naturales que, al reflejarse en su cerebro, renacen en éste, por un procedimiento fisiológico reactivo, poco conocido aún, como una sucesión lógica de pensamientos propios, y esa comprensión, en medio de su dependencia absoluta de ningún modo interrumpida, le dá el sentimiento de la propia determinación, de la voluntad reflexiva espontánea y de la libertad. A menos de un suicidio, parcial o total, ningún hombre llegará jamás a liberarse de sus apetitos naturales, pero podrá regularlos y modificarlos, esforzándose por conformarlos cada vez más a lo que en las diferentes épocas de su desenvolvimiento intelectual y moral llamará lo justo y lo bello. (Bakunin, 2003b, p.35)

Desta maneira, temos as seguintes oposições: *mundo social X natureza exterior*, que é uma tradução da oposição *vontade X instinto*. O pensamento humano se traduz sob estas duas formas, a de instinto (forma comum de expressão das ações animais, como reação a impulsos e necessidades orgânicas e materiais) e a de vontade. A liberdade, realizada por meio do

conhecimento e do trabalho implica que o pensamento se desloca do instinto para a vontade, que homem deixa de agir por instinto (por determinações meramente exteriores e interiores) para agir por meio da vontade, ou seja, deixa de reagir ou orientar suas ações por forças que não compreende para agir pela compreensão das suas motivações e determinações. O que é muito diferente da tese do livre arbítrio que afirma a "independência" do homem frente a determinações sociais e naturais; para Bakunin, quando o homem exerce a vontade ele não está fugindo a determinações naturais e sociais, mas sim deixando de a condição de «*ser*» exclusivamente determinado para ser relativamente determinante e reflexivo, de si e do mundo social e natural de que faz parte.

Liberdade é Vontade. A Liberdade como Vontade é sinônimo de exercício consciente da ação, sendo a própria essência do conceito filosófico de liberdade e trabalho em Bakunin. O instinto representa a ação mecânica, produto ou reação a imposição de forças materiais; a vontade é a ação mediada pela reflexão, compreensão e decisão humanas; é a ação que, pela compreensão das forças materiais, deixa de ser determinada por elas e passa por sua vez a determiná-las.

A definição do conceito de liberdade se dá exatamente pela conjugação de todos estes elementos, sintetizados na oposição vontade X instinto. A liberdade é vontade, a ação refletida e consciente, que compreende os fatos e fenômenos reagindo a eles a partir desta compreensão, de maneira que o homem deixa de ser subordinado e determinado a este mundo exterior e passa a determiná-lo, transformá-lo de acordo com suas necessidades e vontades. E somente o trabalho, enquanto atividade de transformação do mundo material, realiza essa capacidade.

Nesse sentido, ao examinar as condições para uma revolução social na França durante a Guerra de 1870, ele aborda um problema que para ele fundamental: a contradição campo-cidade, ou entre operários e camponeses, que seria exatamente onde se manifestaria a luta entre as concepções de revolução e trabalho:

El campesino considera al obrero como El criado e El soldado Del burguês y lo desprecia como tal. Y lo destesta hasta el punto de convertirse él mismo en el soldado y en servidor ciego de la reacción. Tal es el antagonismo fatal que ha paralizado hasta aquí todos los esfuerzos revolucionarios de Francia y de Europa. El que quiera el triunfo de la revolución social debe ante todo resolverlo (...) Los obreros de las ciudades, para llegar a una conciliación, deben antes darse bien contra ellos mismos de la naturaleza de los agravios que tienen contra los campesinos. (Bakunin, 1978[1870], p. 171).

Em primeiro lugar, Bakunin considera que as divisões entre camponeses e operários se verificava no plano dos preconceitos, que a consciência de um produzia acerca do outro imagens que impediam a

unidade que do ponto de vista econômico e social era óbvia. Ou seja, não existia uma diferença de classe entre o proletariado e o campesinato. É por isso que ele aponta três grandes preconceitos: 1) o preconceito da ignorância ou inferioridade intelectual e religiosidade dos camponeses; 2) o preconceito da lealdade ao Imperador; 3) o preconceito que os camponeses são partidários da propriedade individual (Bakunin, *ibidem*). Iremos aqui considerar efetivamente apenas o último item, por razão de espaço. Nesse tema, Bakunin comenta em tom bem elementar que:

El ultimo y El principal elemento de los obreros contra los campesinos es la avaricia de estos últimos, su gressero egoísmo y su apego a la propiedad individual de la tierra. Los obreros que les reprochan todo eso deberán preguntarse primeiro: Quien en la sociedad actual nos es avaro, en el sentido de que retiene con furor el poco bien que ha podido reunir y que le garantiza, en la anarquía económica actual, y nesta sociedad que no tiene piedad para los que mueren de hambre, su existencia y la existencia de los suyos? (...) No se trata de ensalzar a los campesinos ni de denigrarlos, se trata de establecer una línea de conduta revolucionaria que aparte la dificultad y que no sólo impida que el individualismo de los campesinos los impulse al terreno de la reacción, sino que al contrario, sirva para hacer triunfar la revolución (...) Por suerte, hoy los acontecimientos mismos forzaran a los obreros a abrir los ojos ya a renunciar a ese sistema fatal, que han tomado de los jacobinos (Bakunin, 1978, pp.175-176).

O trecho acima mostra como os camponeses e os operários eram separados por imagens preconceituosas derivadas da própria condição de classe e experiência histórica francesa. Mas Bakunin adverte, criticando as tradições jacobinas do socialismo, que “*O terrorismo da cidade contra o campo seria a base da contra-revolução*” e afirma ainda que a invasão Prussiana criou uma situação em que os operários precisariam colocar o problema da organização do campesinato. Ele coloca ainda que seria necessário colocar a distribuição de terras e o fim da cobrança dos impostos e hipotecas como meio de aglutinar os camponeses em torno dos operários. (Bakunin, *op.cit*, 183-184 e 186).

Essas questões serão retomadas e esclarecidas em outros textos como “*Advertência para o Império Knuto-Germânico*”. Bakunin tece alguns comentários acerca das divisões de classes sociais, em que se coloca a diferença de fundo entre as concepções marxista e bakuninista sobre o conceito de *trabalho* e sua relação com a visão do papel histórico-político das classes sociais e da sua própria definição:

Desde hace muchos años, me he entregado con una especie de voluptuosidad amarga y cruel al estudio especial de esa impotencia intelectual y moral asombrosa de La burguesía atual. Y cuando hablo de la burguesía, comprendo igualmente con esta denominación a toda la clase nobiliaria que, habiendo perdido en todo el continente de Europa y en grande parte en Inglaterra todos los rasgos distintivos que hicieron de ella antes una clase política y socialmente distinta, se ha aburguesado completamente hoy bajo la presión irresistible del movimiento capitalista actual. (...) Denomino pues, burgues a todo el que no es trabajador de las fabricas, de los talleres o de la tierra; y pueblo a toda la masa de los obreros propriamente dichos, lo mesmo que los campesinos que cultivan con sus brazos sea sua propia tierra sea la tierra de otro (Bakunin, 1980, p. 207)

Aqui temos um elemento fundamental: as definições de “classe” social são historicamente determinadas, e não logicamente determinadas: em última instância, é a relação com o trabalho (e o capital) que define a condição de classe. Os camponeses e os trabalhadores rurais estão na mesma condição popular (e popular é para Bakunin sinônimo de proletário) de classe. O trabalho enquanto relação coloca-os na mesma condição: necessidade de superar as restrições materiais impostas pelo mundo exterior, seja a natureza seja a ordem social capitalista. Para Bakunin o trabalho é uma categoria histórica (vinculada à exploração) e ontológica, já faz parte do ser, sendo assim equivalente a ação⁸. Essa afirmação tem conseqüência teóricas e políticas importantes ao longo da história, e ainda hoje permanecem fundamentais.

No auge da polêmica na AIT em 1872, Bakunin apresenta uma crítica do conjunto da teoria marxista em que apresenta, por exclusão, a sua própria perspectiva:

Sei muito bem que os sociólogos da escola do Sr. Marx, tais como o Sr. Engels, vivo, ou como Lassale, falecido, por exemplo, objetar-me-ão que o Estado não foi a causa dessa miséria, dessa degradação e dessa servidão das massas; que a situação miserável das massas, assim como o poder despótico do Estado, foram ao contrário um e outro, os efeitos de uma causa mais geral, os produtos de uma fase inevitável do desenvolvimento econômico da sociedade, de uma fase que do ponto de vista da história, constitui um verdadeiro progresso, um imenso passo rumo ao que eles denominam revolução social. Chegou-se ao ponto de Lassale não hesitar em proclamar bem alto que a derrota formidável dos camponeses da Alemanha no século XVI, derrota deplorável se o foi, e da qual data a escravidão secular dos alemães – e o triunfo do Estado despótico e centralizado que foi sua conseqüência necessária, constituíram um verdadeiro triunfo para esta revolução; visto que os camponeses, dizem os marxianos, são os representantes naturais da reação, enquanto o Estado militar e burocrático moderno – produto e acompanhamento da revolução social que, a partir da segunda metade do século XVI, começou a transformação lenta, mas sempre progressiva da economia feudal ou agrária na produção das riquezas, ou, o que quer dizer a mesma coisa, em exploração do trabalho popular pelo capital – foi uma condição essencial dessa revolução (Bakunin, 1989, p.83).

Esta afirmação é emblemática porque ela correlaciona todos os aspectos anteriores (categoria de trabalho, definição de classes sociais) com uma concepção global de história e um posicionamento ético-político diante dela. Bakunin é profundamente crítico a concepção que chama de “determinista” na escola do socialismo alemão (apesar de se reconhecer também determinista, mas de determinações relativas, e não exclusivamente econômicas). A aliança operária-camponesa (como ícone de uma aliança geral entre todos os componentes do proletariado, que para Bakunin era ainda mais diversificado, era elemento fundamental para evitar que as concepções jacobinistas provocassem ao tentar impor à revolução nos campos por meio do terror, um fortalecimento da contra-revolução. O campesinato e a economia doméstica não seriam propensos ao conservadorismo porque o que o define

⁸ Não entraremos aqui na discussão de outro documento importante, e talvez o mais sistemática de Bakunin, intitulado “Considerações Filosóficas sobre o Fantasma Divino, a Natureza e o Homem” em que proclama como base da sua concepção a unidade do ser e do fazer; “*qualquer coisa não é senão o que ela faz*”. A ação é assim o centro do sistema filosófico, e num certo sentido, equivalente geral da categoria trabalho.

não é um modo de produção insulado que gera uma forma de cooperação social restrita e anti-comunista como em Marx. Ao contrário, o aspecto principal é que assim como o operariado urbano, os camponeses vivem do trabalho e serão forçados a aprofundar a divisão do trabalho dentro de circunstâncias específicas⁹. As necessidades materiais obrigariam os camponeses à cooperação econômica. Não existe a pressuposição do insulamento da economia doméstica e camponesa. E essa visão é dada porque os camponeses são considerados como trabalhadores. E o Estado não é visto como agente de universalização e síntese de interesses, conseqüentemente de socialização.

O que Bakunin formula, mesmo de forma parcial é que a categoria trabalho unifica uma dimensão histórica, da exploração pelo capital, com uma dimensão ontológica (portadora por sua vez de uma outra dimensão, gneseológica, já que é o pensamento/conhecimento que qualifica e dá a especificidade do trabalho humano). Ao mesmo tempo, ao definir o proletariado (termos ou povo, que para eles eram sinônimos) como a classe dos trabalhadores em geral, no campo e na cidade, ele estabelece as bases para uma unidade orgânica e horizontal entre esses setores dentro da revolução social. Mas isso tem um duplo aspecto: de um lado o pensamento de Bakunin não alcançou o mesmo grau de coerência que o de Marx, permaneceu semi-estruturado. Isso ao mesmo tempo impediu um maior aprofundamento e desenvolvimento de sua própria teoria, mas por outro lado deu um caráter mais flexível, aberto ou indeterminado a seus próprios pressupostos. Ao não ter uma teoria da história plenamente encadeada, ele conseguiu através da dialética instinto/vontade que e pela negação do determinismo econômico, estabelecer um modelo de análise em que operariado urbano e o campesinato poderiam não somente ter papéis historicamente contrários a sua condição de classe, com vislumbrou a necessidade de colocar sua unidade não somente do ponto de vista político, mas sociológico.

3) O legado para uma sociologia crítica do trabalho e das classes sociais.

Essa recuperação histórica não tem como objetivo apenas esclarecer um aspecto ou episódio da história do movimento operário e socialista. Poderia ser esse o objetivo, mas não é. E não o é por uma motivação especificamente subjetiva. Ao contrário, as razões são eminentemente objetivas, e nascem dos limites que a própria sociologia do trabalho e o próprio desenvolvimento da revolução socialista e do movimento proletário recorrentemente encontram diante de si em momentos e capítulos decisivos da sua história. E nosso entendimento a superação desses limites não se faz com o sepultamento ou a desconsideração desse debate, ao contrário, mas com a sua recuperação e desenvolvimento ainda mais radical sob a forma da contradição e luta de idéias, colocada agora num outro patamar histórico, uma vez que entre o contexto de tal debate (o da “Primeira Internacional”) e os dias de hoje, existem significativas experiências históricas.

⁹ Bakunin argumenta que os camponeses, no caso da França, se realizasse uma guerra civil revolucionária em 1870, poderiam num primeiro momento entrar em lutas de comunas uma contra as outras, mas que esta cessaria sob a necessidade de divisão do trabalho e reprodução da vida familiar.

No campo teórico, que é o que nos interessa aqui, podemos dizer que existe uma dificuldade fundamental da forma como se constituiu a chamada “sociologia do trabalho” como disciplina ou campo de estudos, e a divisão de trabalho disciplinar dentro das ciências sociais postulada pelos sociólogos conservadores da escola positivista, do qual o principal expoente foi Emille Durkheim. No que tange a sociologia do trabalho existe uma primeira debilidade que é sua via estritamente industrialista, que fragmenta em si mesma o estudo do trabalho como parte do universo do estudo da indústria. A sociologia do trabalho, de maneira geral desde suas origens, foi centrada no estudo dos trabalhadores na fábrica ou empresa ou das condições dos trabalhadores (mas operários) na sociedade global (Castro, 2003, p.13). Ou seja, de maneira geral as correntes que partiram das vertentes conservadores ou marxistas, tenderam a igualar o estudo da sociologia do trabalho com o estudo da sociologia do trabalho industrial. Isto tem uma série de conseqüências epistemológicas, disciplinares e políticas.

Um das principais é que essa divisão do trabalho deixou por longo tempo o estudo do trabalho rural e do campesinato nas mãos de teóricos de orientação sociológica conservadora, como mostra as características da nascente sociologia rural. Ou então tais estudos foram desenvolvidos dentro de paradigmas evolucionistas, positivistas altamente idealistas dentro da antropologia – que efetivamente se constituiu como disciplina altamente especializada no estudo dos sistemas de trabalho e econômicos domésticos, que levantaram uma série de dados empíricos que desautorizam em grande medida os pressupostos da concepção industrialista da sociologia e suas pretensões universalizantes. Combinadas com o relativismo moral e o fenômeno da burocratização de partidos socialistas e comunistas na estrutura imperialista, durante o período colonial se colocaram vários momentos em que a antropologia que tinha uma base ideológica conservadora se colocava no campo da defesa das populações colonizadas com alegações relativistas, enquanto que as versões mais ortodoxas de marxismo acabavam apoiando o colonialismo ao ratificar uma análise da necessidade do desenvolvimento industrial como condição preliminar do socialismo. Além desse aspecto, existe outro, que é a profundidade de massa de dados reproduzidos sobre as economias e sociedades domésticas e camponesas a partir de uma perspectiva impregnada pelo romantismo (seja derivada do modernismo reacionário alemão, seja do populismo russo de Chayanov, seja ainda das escolas culturalistas da antropologia). O problema dessas correntes é (quase sempre) que elas igualmente fragmentam e isolam as condições da economia doméstica das condições do conjunto do proletariado, senão teoricamente, pelo menos politicamente¹⁰. Assim, a divisão do trabalho se desenrola entre um paralelismo de objetos que se acomoda a uma divisão do trabalho científico.

¹⁰ Existem experiências dentro antropologia de tentar realizar apropriações do marxismo e de uma análise materialista em termos gerais. apesar de existirem algumas exceções que acabam se tornando marginais)

A recuperação das posições bakuninistas permite uma superação desse debate e uma renovação tanto do marxismo quanto o desenvolvimento da própria concepção de Bakunin. Não afirmamos isso como uma proposta de conciliação eclética de duas concepções políticas e teóricas divergentes¹¹. Mas para sinalizar que é preciso destruir esta forma de divisão do trabalho científico, e nesse sentido, é preciso incorporar em outro patamar a reflexão sobre o trabalho, quebrando a oposição entre trabalho urbano-industrial e trabalho rural/doméstico, e do pressuposto do seu caráter inerentemente anti-socialista. Essa estratégia é uma necessidade cognitiva e política, no quadro geral da concepção que reconhece a centralidade da luta de classes e da revolução socialista, obviamente, à luz da experiência e análise crítica das revoluções do século XX.

Existe outro desdobramento teórico-político desse debate. E este está no campo do estudo ação das classes sociais, da ação operária, camponesa e popular (no sentido bakuninista), ou estudos de sindicalismo e movimentos sociais. A afirmação da concepção materialista de história e da centralidade das forças produtivas colocou efetivamente um foco na determinação do “ser” pela sua “condição”, em que a ação do campesinato e do operariado eram em certa medida pré-determinadas pela sua posição na estrutura econômica. Entretanto, essa equação sempre foi resolvida de diferentes maneiras dentro do marxismo, ora ressaltando a determinação da condição estrutural sobre a ação histórica, ora destacando o papel da ação histórica – mas preservando o pressuposto da propensão conversadora do campesinato e da economia doméstica. Mas isso sempre se deu num quadro mais geral, que era exatamente a concepção da centralidade do desenvolvimento econômico-industrial e na idéia de uma contradição entre os interesses particulares-universais e na forma de seu equacionamento. Isto fica muito claramente colocado na *A Ideologia Alemã* em que os autores afirmam: “...a luta política dos interesses particulares, que constantemente e de modo real chocam-se com os interesses coletivos e ilusoriamente tidos como coletivos, torna necessário o controle e a intervenção prática por meio do interesse geral ilusório sob a forma de Estado” (Marx & Engels, 2006, p. 61). Não é agora pelo aspecto exclusivo da avaliação do Estado que nos interessa tal discussão, mas do sujeito e da ação de classe.

No nosso entendimento, essa formulação de Marx e Engels (no quadro de *A Ideologia Alemã*) considera que o Estado é uma força necessária para conter externamente os impulsos anti-sociais e comunistas gerados pela persistência da economia doméstica, de um lado, e alienação industrial gerada pela intensificação da divisão do trabalho. Bakunin ao considerar o trabalho como atividade constitutiva da humanidade considera-o que quanto mais é dirigido pelo pensamento (reflexão

¹¹ Por outro lado, também não significa afirmar que não seja possível afirmar que as duas posições teóricas não possam incorporar conceitos e temáticas da outra, como de fato já aconteceu, tanto pela reivindicação de Bakunin de vários conceitos de *O Capital* como a apropriação por Marx da concepção federalista em “*A Guerra Civil em França*”. Existe espaço assim para cooperação e intercâmbio de idéias e dentro de um luta e contradição geral de concepções acerca da história, revolução e trabalho.

consciente) mais ele vence o instinto (reações maquinizadas e automáticas a impulsos exteriores) e estabelece a *vontade/liberdade*. Quando Bakunin opõe liberdade X autoridade do Estado, ele está colocando o problema de como o sujeito se constitui pelo trabalho, que não é só fonte de alienação, mas também de liberação. E o individualismo e a alienação não são características exclusivas e dadas pela estrutura econômica para atingir o proletariado e o campesinato por suas condições, mas são aspectos de todas as sociedades, inclusive se manifestando na própria ciência e política através da metafísica. A *liberdade/vontade* elimina assim a exterioridade dos sujeitos em relação à revolução garantindo assim o que chama de *espontaneidade das massas/espontaneidade revolucionária*.

Isso coloca outra possibilidade do estudo da ação de classe e do sindicalismo. Algo que permita um contraponto crítico as visões que oscilam entre condição de classe/ação de classe, mas também as concepções neo-economicistas recobertas sob as teses autonomistas e auto-gestionárias ou mesmo anarco-sindicalistas. O problema da espontaneidade não é na concepção bakuninista a ausência de determinações objetivas ou de “organização prévia”, mas sim da contraposição entre vontade/instinto e do predomínio da primeira. A liberdade é espontaneidade exatamente porque é consciente e organizada. O estudo da ação das classes por outro lado adquire outra dimensão, no sentido em que o “operariado e o campesinato” ocupam um status equivalente, não existindo uma propensão maior para ação revolucionária ou contra-revolucionária em um ou outro setor. E o outro desdobramento é que a partir disso temos outra concepção de agencia e de sujeito, já que em última instancia a alienação e pulverização/concorrência produzida e induzida pela divisão do trabalho não são suficientes para impedir a superação da oposição particular/geral. A recusa da concepção estatista se apresenta por reconhecer a possibilidade de outra solução para a contradição entre particular/geral, que é exatamente a idéia de organização de baixo para cima e da periferia para o centro. E o estudo da ação das classes sociais deixa de ser o estudo da presença ou ausência de sua constituição enquanto sujeito político voltado para o Estado, e se pode estudar de outro ângulo as lutas econômicas e outras manifestações de contradições sociais. Mas este é um tema que não temos aqui como desenvolver.

Nesse sentido, temos alguns campos de estudo fundamentais não somente para o esclarecimento de acontecimentos históricos, mas para a possibilidade de (pela contradição e dialética entre duas concepções de trabalho e revolução) fazer avançar o debate teórico da sociologia do trabalho e prático da luta socialista e revolucionária.

Referências Bibliográficas

Bakunin, Miguel. **Consideraciones filosóficas**. 2ª Edición cibernética, 2003a. <http://www.antorcha.net/> Acessado em dezembro de 2008.

_____ *Deus e o Estado*. Cortez Editora, São Paulo, 1988.

_____ *Estatismo e Anarquia*. Editora Imaginário, São Paulo, 2003.

_____ **Federalismo, socialismo y antiteologismo.** 2ª Edición cibernética, enero del 2003b. <http://www.antorcha.net/> Acessado em dezembro de 2008.

_____ **Escritos contra Marx. Conflito de titãs na Internacional.** Editora [Novos Tempos](#), 1989.

_____ **Obras de Bakunin – La Revolucion Social en Francia I,** Ediciones Jucar, Madri, 1979.

_____ **Obras de Bakunin – La Revolucion Social en Francia II,** Ediciones Jucar, Madri, 1980.

_____ **O Conceito de Liberdade.** Edições 70, 1976.

_____ **Oeuvres Complètes.** International Institute of Social History, Netherlands Institute for Scientific Information Services, Royal Netherlands Academy of Arts and Sciences, 2000. (CD-ROM).

Carr, E. H. **Bakunin.** Biografias Gandesa, Ediciones Grijalbo, Barcelona-México, 1972.

DROZ, Jacques. **História Geral do Socialismo.** Vol. 3 Livros Horizonte, Lisboa, 1972
Fernandes, Luís. **O Enigma do Socialismo Real: um balanço crítico das principais teorias marxistas e ocidentais.** Rio de Janeiro, Mauad Editora, 2000).

Giannotti, José Arthur. **Marx – além do marxismo.** Porto Alegre, L&PM. 2009.

Marx, Karl & Engels, Fridrich. **A Ideologia Alemã: Feuerbach – A contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista.** São Paulo, Editora Martim Claret, 2006.

_____ **O 18 de Brumário de Louis Bonaparte.** Lisboa, "[Edições «Avante!»](#)" (2ª Edição), 1984. Disponível IN: <http://www.marxists.org/portugues/marx/>

_____ **Princípios Básicos do Comunismo.** Lisboa, "[Edições «Avante!»](#)", 1982.

Mauss, Marcel. **Fragmento de um Plano de Sociologia Geral,** in Ensaio de Sociologia. São Paulo. Editora Perspectiva, 2001.

Netto, José Paulo. **O que é Marxismo.** São Paulo, Editora Brasiliense, 1985.

Ulam, Adam B. **Os Bolcheviques: história política, intelectual e biográfica da Revolução Russa e de seus líderes.** Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1976.